TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 24ª

(VIGÉSIMA QUARTA)

SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 31 DE MARÇO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Não verificando *quorum* para o início dos trabalhos e conforme o disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno desta Casa, vou suspender a sessão por trinta minutos. Peço aos Deputados que estão em seus gabinetes que venham ao plenário para darmos início aos trabalhos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h22min, a sessão é reaberta às 15h30min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Havendo *quorum* regimental, declaro reaberta a sessão ordinária desta quinta-feira, 31 de março de 2016, às 15h30min.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero comunicar a todos que, na tarde de hoje, estamos tendo uma grande mobilização em Brasília, particularmente, na Esplanada dos Ministérios, onde nós vamos levantar a bandeira de que *impeachment* sem crime é golpe.

Essa é a grande manifestação que deve ocorrer logo mais na Esplanada dos Ministérios. Está sendo promovida por várias entidades da sociedade civil, com pessoas de várias partes deste País que acompanharão essa manifestação. Inclusive, um dos grupos está saindo aqui do Estádio Mané Garrincha em direção à Esplanada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer algo aqui, Deputado Rodrigo Delmasso – pessoa bastante cuidadosa na situação de gestão que, inclusive, está atualmente na Presidência de comissão aqui na Casa. Eu recebi no dia de hoje uma comissão de servidores do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do DF.

Naturalmente, eu ainda não me aprofundei nas minhas preocupações, mas estou tendo cuidado. Deputado Rafael Prudente, o Governador Rollemberg editou um novo regimento para o Iprev agora, no mês de março, com bastante detalhamento, no qual ele faz várias mudanças. Inclusive, há um decreto do Governador que diz respeito ao conselho fiscal pelo qual todo parecer desse conselho passará com a prévia anuência do Presidente do Iprev. Eu nunca entendi que parecer de conselho fiscal tem que ser anuído por presidente de conselho.

Eu quero trazer essa discussão. Eu tenho me limitado a fazer esse debate, aqui na Casa, com relação ao remanejamento do recurso de um bilhão e duzentos. Na última oportunidade em que tratei do assunto, eu disse que são transcorridos seis meses e esse recurso tem que ser atualizado monetariamente. Nós estamos vivendo um período inflacionário e precisamos identificar quanto representa o prejuízo monetário para os servidores. Normalmente, utiliza-se a taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia e o IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado. Enfim, o governo terá que se posicionar mais claramente.

Depois, me posicionei acerca dos imóveis que o governo está apresentando, Deputado Rafael Prudente. O governo apresenta uma relação de apartamentos. Acho comercializável, pelo menos... apesar de que se prevê que os recursos do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, Deputado Prof. Reginaldo Veras, não podem ser aplicados em patrimônio. Enfim, eu tenho dito para eles o seguinte: é melhor um passarinho na mão do que dois voando. O dinheiro já foi gasto e, agora, vocês têm que trabalhar para que o prejuízo seja o menor possível e para tentar repor.

O que não dá para fazer é tornar comercializável área como a do Clube de Golfe, que não tem definição urbanística nenhuma e está dentro de área tombada. A outra área é aqui, na Esplanada dos Ministérios, nesta parte próxima ao Memorial JK, destinada ao arquivo público. Como é que um lote destinado ao arquivo público pode ser comercializável? Não consigo entender como vou entregar um imóvel que é público – ele tem a escrituração como um bem público –, para ser transformado num bem particular e ser convertido em dinheiro para ser recolocado no Iprev.

Então, essa problemática toda me assusta, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Primeiro, eles ficaram sem o CONAD – Conselho de Administração, que é o conselho deles, por mais ou menos seis meses. Agora publicam um novo regimento, no qual restringe seriamente a participação com a indicação por parte das entidades.

Nós vamos aprofundar esse debate do regimento interno. É uma peça bastante complexa e grande. Quero pedir ajuda de alguns colegas que entendem da matéria para me ajudarem a decodificar o que ela significa. Mas está sendo armado um grande golpe nessa história.

Eu tenho aqui, por exemplo, uma petição dirigida à Dra. Mirtes Silveira e Silva, que é Presidente do Conselho Fiscal do Iprev. Em outubro de 2015, essa representação diz claramente que existe improbidade e inconstitucionalidade da Lei nº 899, de 2015.

Portanto, eu quero aqui, Deputado Rodrigo Delmasso, pedir apoio dos colegas Parlamentares. Esta Casa tem, mais do que nunca, responsabilidade. Muitas vezes, nós votamos de maneira diferente, mas os colegas que vieram aqui nesta Casa deram o seu voto de confiança não para alimentar a subtração dos servidores públicos, mas para, num momento de dificuldade, provisionar os cofres públicos a fim de fazer frente à folha de pagamento.

A minha grande dificuldade é que o processo não estava devidamente instruído com o aval do Ministério da Previdência, para ser feito aquilo que estava sendo feito. Mas intervir de maneira branca num conselho que tem a participação do servidor? Esse dinheiro não é do governo.

Agora, para estarrecimento de todos nós, o que vimos foi esse projeto de lei no Congresso Nacional, o de nº 257 – Deputado Rafael Prudente, conversamos sobre isso –, que trata da inclusão dos gastos de terceirização, convênios com entidades que vêm prestar serviço a instituições públicas, como é o caso da Abrace, que tem o Hospital da Criança. Essa contabilidade vai ter que mudar, vai ter que entrar em outras despesas de pessoal – art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, a canalização desse recurso vai ser, é claro, enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ledo engano do Tribunal de Contas, do Poder Executivo do Distrito Federal e desta Casa achar que isso não vai acontecer. Vai todo mundo para a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é a verdade, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Para que aí haja a imposição de uma série de regras que estão sendo mudadas nesta proposta. Aí é que entra a história do Espiridião Amim. O Espiridião Amim

confidenciou – não se pediu reserva ao Deputado Rôney, então, vou falar aqui – que foi instado pelo Governo Rollemberg para apoiar esse projeto que seria encaminhado pelo Governo Federal, a pedido dos governadores, capitaneados pelo Governador Rodrigo Rollemberg.

Eu até nem acreditei, sabe? Eu acho que ainda não tem verdade nisso. Mas quem lê aquele projeto... É o retrato evidente. Aquele que vem tirar um bilhão e duzentos servidores é aquele que, ao mesmo tempo, propõe o aumento, Dr. Arlécio, da alíquota da participação do servidor público de 11% para 14%. Onde nós vamos parar?

Nós precisamos, em primeiro lugar, ter respeito por uma categoria que serve ao Estado. Eu não sou daqueles que não pensam que muitos ajustes não precisam ser feitos. Precisam ser feitos, sim, e temos que encarar com muita sobriedade isso. Os colegas foram testemunhas disso, quando nós fomos debater aquela questão do fundo da auditoria no final do ano passado. Nós precisamos ser consequentes com essas coisas. Nós não estamos lidando com nosso dinheiro, mas também não podemos tratar os servidores como agentes ocultos do processo da administração pública.

Um debate desses tem que vir às claras, à tona. Um debate aprofundado do que representa esse recrudescimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Só vou citar aqui, se a Mesa me permitir mais tempo, porque não estou vendo outro Líder interessado em falar.

Veja bem, Deputado Wellington Luiz, no capitulo I, esse projeto proíbe vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, por 24 meses a contar da aprovação do acordo. Quer dizer, ele já parte do pressuposto de dois anos sem aumento. Depois, o aumento da alíquota, que eu citei há pouco, de 11% para 14%; a reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União; o fim da licença prêmio e do adicional por tempo de serviço, conforme o inciso V do art. 4º; a redução de 20% da despesa mensal com cargos de livre provimento em comparação com os valores gastos em julho de 2014.

Todo esse capítulo, nós vimos aqui em Brasília. Ou não vimos? Acho que é desnecessário dizer. Isso tudo para se obter a redução de 40% da prestação mensal de financiamento devida pelos estados, pelo Distrito Federal e pela União. Isso aqui é a parte que diz respeito ao acordo, à repactuação com os estados e o Distrito Federal no que diz respeito às suas dívidas, às contrapartidas necessárias, mas sem a questão dos servidores públicos ativos e inativos.

O capítulo II trata da questão dos servidores públicos. Primeiro, no plano plurianual, estabelecimento de limites em percentual do crescimento da receita corrente líquida para o crescimento da despesa total com pessoal. A definição sai lá no plano plurianual. Depois, no PPA, nós temos o quê? A criação de critérios para concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação da remuneração para os

servidores públicos; estabelecimento dos limites totais para as despesas com terceirização. Preste atenção, Deputado Rafael Prudente, que é o inciso III do art. 3º-B da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei Complementar 101, de 2000.

Então, há determinação para que a Lei Orçamentária preveja que o pagamento de despesas relativas a proventos e aposentadorias, reformas, pensões, contribuições e, inclusive, recursos necessários à cobertura de insuficiência financeiras e aportes atuariais seja responsabilidade de cada Poder ou órgão autônomo. Ou seja, todo controle está sendo cercado aqui dentro. É bom que o Tribunal de Contas e esta Casa se apropriem, porque parte das despesas dos inativos, inclusive, dessas instituições é o Governo do Distrito Federal que está bancando. É bom lembrar disso.

Aumento da base de cálculo da despesa de pessoal. Aí eles passaram a incluir vários ingredientes, como os valores gastos com terceirização e os convênios das entidades sociais. Depois, a despesa de pessoal segregada por poder ou órgão com inativos e pensionistas, mesmo que seja financiada com recursos do Tesouro, inclusive as despesas com inativos e pensionistas que compõem o déficit do Regime Próprio de Previdência Social. Além disso, a inclusão de despesas com indenizações e auxílios, sentenças judiciais e requisições de pequeno valor. Estes são itens que antes estavam fora da base de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal: indenizações, requisições, sentenças e auxílios. Eles passarão a fazer parte, se for aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 257. E por aí vai.

Eu não quero aqui ser cansativo para os colegas. Todos têm assessorias competentes nesta Casa. Precisamos de um bom tempo para aprofundarmos este debate. Nós, inclusive, amanhã faremos um debate com os servidores do complexo do GDF e com algumas entidades dos servidores federais para que estejam atentos a este processo.

O grande problema, no meu modo de entender, é a maneira como isso se dá. Eu não sou daqueles que estão fechados a posturas de austeridade que o Estado tem que adotar, mas eu estou fechado com a postura da participação no debate. Uma sociedade é democrática na medida em que os atores têm amplas condições de participar do processo e do debate.

Portanto, eu deixo aqui as minhas considerações. Nessa questão do Projeto de Lei Complementar nº 257, eu concluo dizendo, Deputado Wellington Luiz, que nós que participamos e apoiamos este Governo Federal também temos que vestir a carapuça. Que a Presidente Dilma retire este projeto que está tramitando em regime de urgência.

A ideia era ele ter sido aprovado esta semana na Câmara dos Deputados, Dr. Arlécio, ter sido votado esta semana. Não foi, mas vários governadores se encontravam em Brasília para pressionar a votação, entre eles o do Estado de Pernambuco e o do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, tentando convencer – na

base do desconhecimento – pessoas da importância deste projeto para as finanças estaduais.

São essas as considerações, mas me comprometo a voltar aqui com o debate sobre o IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Eu creio que nós precisamos de uma grande audiência pública para decodificar o que está ocorrendo no Iprev aqui no Distrito Federal. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Quero fazer um agradecimento e parabenizar o Deputado Wasny de Roure, que, além de estar sempre analisando os projetos aqui dentro do Distrito Federal, ainda encontra um tempo para estudar os projetos na Câmara dos Deputados também. Então, eu quero parabenizar V.Exa. e dizer que já fiz contato com alguns deputados federais, os quais já estão trabalhando em cima deste projeto, inclusive com algumas emendas.

Eu faço aqui um apelo ao Governador do Distrito Federal, que, se não me engano, é o Presidente do Fórum de Governadores, que fez a sugestão do encaminhamento da renegociação das dívidas dos estados com o Governo Federal, do qual resultou este documento: que S.Exa. sensibilize a Presidente da República para que não deixe este documento ir para frente. Nós já temos quase 300 mil desempregados no Distrito Federal, em torno de 10 mil a 12 mil desempregados a mais por mês.

Se esse projeto for aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, vai resultar em catástrofe geral no Distrito Federal e em outras unidades da Federação, Deputado Wellington Luiz. Temos aqui cerca de 50 mil terceirizados. Se formos colocar na conta – que já está estourada – da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos esses terceirizados terão que ser demitidos.

Faço um apelo ao presidente do Fórum de Governadores, que encaminhou uma minuta – e creio que não foi essa minuta –, para que sensibilize o Governo Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos, boa tarde, colegas, servidores, todos que aqui se encontram, imprensa.

Eu poderia até dizer que fui surpreendido pelo que me traz aqui hoje, mas, deste governo, nada mais me surpreende.

Antes de fazer o meu pronunciamento, quero, em nome de todos os policiais e, no caso, em nome do sindicato e das associações dos delegados de polícia, ler uma nota de repúdio. Depois entro no meu pronunciamento.

"A Associação e o Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal – ADEPOL&SINDEPO vêm a público repudiar veementemente o repetido desprestígio à instituição Polícia Civil do Distrito Federal ao substituir delegados de polícia do Distrito Federal por pessoas estranhas aos quadros dessa valorosa instituição.

Essa conduta se verificou na substituição do Chefe da Assessoria Legislativa, da Assessoria Especial e, agora, da Subsecretaria de Inteligência, todos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

A Subsecretaria de Inteligência, desde a sua criação e em face da natureza de suas competências, tem as suas atividades desempenhadas por servidores da Polícia Civil do Distrito Federal, especialistas em atividades de inteligência policial, os quais sempre promovem valiosas contribuições à Segurança Pública do Distrito Federal ao longo dos anos.

Contudo, desrespeitando a vocação desses especialistas e desmerecendo a instituição Polícia Civil, o Sr. Governador, mais uma vez, menospreza os quadros de servidores do Distrito Federal.

A Diretoria."

Sr. Presidente, volto a dizer: já não é mais surpresa para nós. Não é mais surpresa, porque a falta de compromisso deste governo com a segurança pública é latente. É o que tenho dito aqui. Nós somos cobaias deste governo. A segurança pública é um laboratório. E vamos testando. Tiram um quadro extremamente preparado, como é o caso do Delegado Josué. Provavelmente, vão tirar também os agentes que o seguem há muito tempo, com toda a sua experiência, desprezando todo o acúmulo de conhecimento e toda a especialidade que eles têm nessa matéria, para irem testando e brincando com a vida das pessoas. Enquanto o sangue de inocentes vai jorrando nas ruas de Brasília, nós vamos testando, vamos vendo no que dá. A população inocente nas mãos dos criminosos, a violência aumentando, e nós vamos testando. Uma hora dessas, dá certo. Enquanto isso, o povo sofre.

É assim que a segurança pública do Distrito Federal está sendo tratada. Lamentavelmente, a falta de compromisso deste governo se mostra clara mais uma vez, quando se tiram da Inteligência da Secretaria de Segurança pessoas que conhecem as minúcias do crime na Capital da República. Não interessa combater o crime. O pensamento é: "Nós temos é que colocar pessoas do meu convívio pessoal." O interesse é colocarem pessoas que atendam à Secretária de Segurança, que façam parte do círculo de amizades dela. Aí, sim, aí vai dar para tomar cafezinho, vai dar para bater papo. Segurança da população, essa que se dane! Essa não interessa. É assim que o povo de Brasília está sendo tratado.

Nós estamos falando é de segurança, nós estamos falando de pessoas que estão morrendo na frente de escolas, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Nós estamos falando de pessoas que estão morrendo dentro de escolas, dentro de universidades, porque a violência tomou conta da Capital da República.

Volto a dizer: nós, o povo de Brasília, somos cobaias, e a segurança pública do Distrito Federal é um laboratório, sempre em teste. Vão se passar quatro anos e vamos testando, vamos testando. Temos hoje um comandante da PM comprometido, um diretor da Polícia comprometido, do Corpo de Bombeiros, do DER – do Detran, nem tanto. São pessoas que mostram na segurança os melhores quadros. Agora, o que falta? Falta uma Secretaria de Segurança em sintonia com esses órgãos, com os operadores de segurança. Não somente com seus comandantes, mas com seus servidores também, que querem combater a violência. E, para isso, tem que haver condições.

Quando começam a combater a criminalidade, o que acontece? Troca-se quem realmente sabe combater a violência. Não sei nem quem está vindo – nada contra, porque nem o conheço –, mas certamente essa pessoa não tem o mesmo conhecimento, pelo menos na nossa Capital. Não estou dizendo que seja incompetente, mas duvido que essa pessoa conheça tanto quanto o Delegado Josué e a sua equipe, que estão aqui há muitos anos e que combateram o crime em todo o Distrito Federal. Mas tudo isso tem que ser desprezado, tudo isso tem que ser ignorado, em nome da amizade, em nome do companheirismo ou do corporativismo.

Só nos resta chorar e pedir a Deus que proteja as nossas famílias. Somente Deus! Se depender da Secretaria de Segurança e deste governo, vamos ter que rezar muito para continuarmos vivos.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, pela Liderança do Bloco Amor por Brasília.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (BLOCO AMOR POR BRASÍLIA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, assessores presentes, uso esta tribuna hoje para falar de uma audiência pública que fizemos hoje pela Comissão de Governança, Fiscalização, Transparência e Controle, no plenário desta Casa, que se destinou a debater a prestação de contas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Essa audiência foi a segunda de uma bateria de audiências que estamos fazendo com todos os secretários de estado, para que eles apresentem aqui o relatório de gestão do ano passado. O que me surpreendeu foi que, já no início, Deputado Rafael Prudente, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Wellington Luiz, da apresentação do Secretário Adjunto, respondendo – porque a Secretária Leany, salvo engano, está de férias... Quando ele apresentou o déficit com que o Distrito Federal iniciou o ano de 2016...

Nós iniciamos o ano de 2016, ou seja, nós encerramos o ano de 2015 com um déficit de 3 bilhões de reais. Esse déficit de 3 bilhões de reais está dividido em três pilares: 1 bilhão e 200 milhões na área de pessoal, 400 milhões de reais de

déficit de pagamento de despesas correntes e 1 bilhão e 400 milhões de reais de dívidas herdadas do ano de 2014. Então, entramos o ano de 2016 com uma dívida de 2014; dívida essa de 1 bilhão e 200 milhões de reais, sendo 100 milhões de reais de restos a pagar e o restante de dívidas de exercícios anteriores. Isso já contabilizado, já colocado nesse ponto.

O que me preocupa é o Distrito Federal entrar o ano de 2016 já com esse déficit e com alguns programas estruturantes, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que ainda não conseguiram sair do papel. Um exemplo foi o programa Brasília Sustentável, que envolve algumas obras estruturantes no Distrito Federal. Acredito que, se essas obras saíssem do papel, iriamos ajudar a movimentar a economia da cidade. Uma delas se refere a revitalização e urbanização da Cidade Estrutural, além da revitalização de águas pluviais no Guará e também o Drenar Brasília – que são as obras de drenagem e águas pluviais do Plano Piloto. São três obras grandes, estruturantes, as quais eu acredito que, se saíssem do papel, se o projeto fosse colocado em execução, iriam ajudar muito o setor produtivo e a economia do Distrito Federal.

A maioria desses recursos são, Deputado Rafael Prudente, provenientes ou de bancos internacionais, do BNDES ou do Banco do Brasil. Elas não são do Governo do Distrito Federal. Cito isso porque entramos este ano ainda com um déficit de 3 bilhões de reais. O Distrito Federal ainda se encontra dentro do limite prudencial de gasto com pessoal. Isso me preocupa porque algumas áreas do Estado precisam de recomposição das suas forças.

Por causa desse enquadramento apresentado hoje pelo Secretário de Planejamento, o Dr. Renato Braun, nós nos encontramos ainda nesse limite prudencial, e o Estado não pode recompor as suas forças, principalmente nas administrações regionais, que são quem atende o povo na ponta.

Aqui, mais uma vez, quero parabenizar os Secretários que estão se colocando à disposição e vindo aqui se apresentar para fazer essa prestação de contas. Quero agradecer a S.Exas.

Também quero, Deputado Rafael Prudente, parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg, porque, dentro da sua estrutura, S.Exa. montou a estrutura de governança, que envolve a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Fazenda, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, o Chefe da Casa Civil e o próprio Governador.

Ali eles estão definindo a qualidade do gasto público. Eu acho que é um grande avanço qualificar o gasto público do Distrito Federal, mas ainda acredito que é necessário que se avance no que se refere – eu não vou falar de gestão – à governança. Gestão é o fazer e governança é o como e o que fazer.

Acredito que nós precisamos, esta Casa precisa colaborar e cobrar do Poder Executivo que esses projetos estruturantes saiam do papel. Saindo do papel, eles vão melhorar a qualidade de vida das pessoas que estão na ponta. Um exemplo seria a revitalização da Cidade Estrutural. Outro exemplo seria a revitalização de águas

pluviais do Guará, do Plano Piloto, evitando essas enchentes. Toda vez que chove, vivemos aqui num verdadeiro rio. Também para fomentar a economia do Distrito Federal.

Outra coisa, Sr. Presidente, que me deixou muito preocupado foi o aumento do índice de desemprego da juventude no Distrito Federal, fruto da falta desses investimentos. A falta desses investimentos, obviamente, gera uma retração direta na geração de emprego no Distrito Federal. Só na construção civil, fecharam-se, de 2014 para 2015, juntando este ano, salvo engano, mais de 90 mil postos de trabalho. Deputado Wasny de Roure, isso é muito preocupante. É preocupante porque, se nós não temos emprego na nossa cidade, a criminalidade, com certeza, vai aumentar.

Então é necessário – e aqui eu peço ao Deputado Joe Valle, que é Secretário de Trabalho desta cidade – que se faça um pacto com o sistema Fibra, Fecomércio, Sest/Senat, para que, juntos, possamos buscar qualificação e também trabalhar na abertura de novas vagas de emprego no Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu queria parabenizar V.Exa. Acho que esse é um momento importantíssimo para nós fazermos esse debate quanto à questão do desemprego. Entendo que há um cenário econômico desfavorável. Ninguém pode desconsiderar essa variável. Entretanto, nós temos alguns fatos específicos que, no caso do Distrito Federal, vêm corroborando enormemente esse cenário.

Eu vou citar para V.Exa. algumas coisas que me vêm à mente. Hoje, inclusive, recebi um dos coordenadores da Economia Solidária, um projeto que tenta resgatar esse trabalho que é feito no nível da criatividade, mas também da periferia, principalmente para aqueles que não têm empregos formais. O governo praticamente suspendeu toda política pública que tinha nessa área da economia solidária. Nós tínhamos aquele programa Jovem Candango, que não foi totalmente eliminado, mas foi sensivelmente reduzido. Era um programa que criava alternativa para formação de mão de obra, principalmente de jovens e de adolescentes, na estrutura do Estado.

No caso da construção civil, que tem um impacto extremamente significativo, nós temos duas questões. E vou dizer isso porque tenho conversado com alguns empresários. Ontem mesmo conversei com um deles. Temos um entrave, sobretudo na aprovação dos projetos e dos alvarás. Essa questão não é apenas dos alvarás, mas também do projeto urbanístico, com o projeto arquitetônico, consequentemente com as aprovações de alvará. Não é a carta de habite-se. A carta de habite-se é outra coisa que se faz no final da obra concluída. Então, essa questão está representando um problema extremamente sério pela complexidade que tem e pela morosidade que a aprovação desse projeto significa no Distrito Federal. E não é só

desse governo, vamos ser claros, mas parece que isso aumentou mais objetivamente neste governo.

Eu estou ainda confiante em que nós temos uma equipe do quadro de concursados do GDF e em que temos servidores altamente qualificados nessa área que cuida tanto da parte urbanística quanto dos projetos que precisam de aprovação, mas nós estamos vivendo um quadro de absoluto congelamento.

Isso, inclusive, teve um reflexo enorme no processo de avaliação do Governo Agnelo no ano de 2014. Isso foi devastador no processo eleitoral, porque o prejudicou enormemente. Existe o componente político, mas também o componente técnico de paralisia no Estado acerca das liberações dessas autorizações. Ninguém quer descumprimento de regra, mas nós não podemos entender que o cumprimento seja em dois, três, ou cinco anos.

Existe essa coisa da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, o governo apresentou um projeto que foi votado. A Câmara Legislativa agiu de maneira célere, e eu acho que foi extremamente importante aquele projeto da RIDE.

Mas o que V.Exa. está falando é extremamente relevante para a nossa cidade, para sairmos dessa encalacrada que é o alto nível de desemprego na sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e o incorporo ao meu pronunciamento.

Na realidade, eu queria também apresentar o problema. Todos nós sabemos da questão do desemprego, existem as obras, principalmente no setor produtivo, que está reclamando da morosidade da liberação da autorização dos habite-se, dos alvarás, por parte até mesmo da burocracia.

Eu queria apresentar uma solução rápida, emergencial, que eu acredito que, se implantada, se tirada do papel, com certeza, nos permitirá iniciar o combate ao desemprego no Distrito Federal. Como todos sabem, existe, vinculado à Secretaria de Trabalho, um fundo chamado Fundo de Geração de Emprego e Renda – FUNGER. Já houve vários programas de incentivo, mas ele é um fundo específico, Deputado Ricardo Vale, que serve para dar microcrédito a nano, micro e pequenos empresários. Para esse programa, existem destinados no orçamento deste ano quase 20 milhões de reais para, especificamente, o fomento da política de microcrédito no Distrito Federal.

Eu quero me ater aqui a um bom tempo atrás. O Deputado Wasny de Roure pode explicar isso um pouco mais. Falo de quando nasceu o processo de economia solidária na África do Sul. Um dos principais pilares de combate ao desemprego, há uns dez, quinze anos, foi justamente a implantação da política de microcrédito, em

que eles fomentavam o empreendedorismo nos rincões da África do Sul, e a produção aumentava, Deputado Wellington Luiz.

Brasília tem vocações diversas: Brazlândia, por exemplo, tem a fantástica vocação para a área de agricultura. Ali acontece a maior feira do morango do País. Na região de Planaltina, é da mesma forma. A região de Taguatinga tem vocação para a área de vestuário. A região de Ceilândia, para a do comércio.

Quero apresentar uma sugestão para que a gente possa sair da crise. Não dá para a gente ficar olhando o retrovisor e não construir um futuro. O que as pessoas querem da gente é esperança. Acredito que com esse recurso do Fundo para a Geração de Emprego e Renda, que está disponível, que é um recurso de fonte própria, de arrecadação própria, pode-se, Deputado Rafael Prudente, iniciar uma política séria de combate ao desemprego, com a reabertura da concessão de microcrédito para nano, micro e pequeno empresário.

Quanto a esse microcrédito, Deputado Wellington Luiz, acredito que as condições para quem pega um empréstimo sejam as melhores do País – você tem uma carência de um ano, os juros são de 2% ao ano, você começa a pagar em suaves prestações e pode inclusive fazer o abatimento de trás para a frente, para diminuir a quantidade de prestações.

Com isso, que compromisso o Estado deveria exigir? A geração de emprego, o compromisso de, a cada recurso colocado como microcrédito, ser gerada uma vaga de emprego. Para isso seria necessário, talvez, mudar a legislação do Funger.

O Deputado Bispo Renato Andrade foi secretário da área de trabalho aqui no Distrito Federal na gestão do Governo Agnelo e fez um excelente trabalho. S.Exa. sabe da importância do Fundo para a Geração de Emprego e Renda para o fomento de novas vagas de emprego. Que seja pago um salário mínimo, mas seriam novas vagas de emprego que obviamente dariam início a uma política de combate ao desemprego no Distrito Federal.

Então, eu queria deixar essa sugestão – muitas vezes a gente apresenta aqui as dificuldades – porque num passado recente, Deputado Rafael Prudente, essa política funcionou, quando se criou o Banco do Povo. Na época eu era secretário da área de trabalho e, quando a gente criou o Banco do Povo, o Distrito Federal conseguiu, no ano de 2008, reduzir a taxa de desemprego – foi a menor taxa de desemprego, até aquela época, dos últimos dez anos.

Como eu disse, o Deputado Bispo Renato Andrade foi Secretário do Trabalho e sabe da importância da aplicação do Funger para o combate ao desemprego no Distrito Federal.

Eu falava aqui que o desemprego tem assolado a todos e tem batido na porta de todos. É esta a sugestão que gostaria de deixar ao Governo do Distrito Federal: o lançamento de uma política de combate ao desemprego, iniciando pela execução do Fundo para a Geração de Emprego e Renda para os nano, micro e pequenos empresários.

Aqui quero citar também, para encerrar a minha fala, o Dr. Roberto, Presidente da ASTRAP – Associação do Sistema de Transporte Complementar do DF e Entorno, que está ali, na luta para a derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 958, de 2012, que fala sobre o transporte alternativo. Lembro que transporte alternativo, nesse caso, não é van; seriam os micro-ônibus, que atuariam onde a malha viária do transporte não atende.

Era só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Primeiro quero parabenizá-lo, Deputado Rodrigo Delmasso, pela condução dos trabalhos da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Peço-lhe desculpas por não ter participado da audiência hoje, mas estávamos fazendo a oitiva, na CPI do Transporte – que se alongou um pouco –, do Secretário de Mobilidade, Marcos Dantas.

Quero só fazer uma pergunta: V.Exa. disse que os débitos de 2014 estavam em torno de 3 milhões?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Não, não. Três bilhões é o déficit de 2015 para 2016. Os débitos que não foram pagos de 2014 para 2015 somam – e estão incluídos nesse déficit – 1 bilhão e 400 milhões.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Esse é um número novo. Em todas as audiências públicas de que participei, há um número diferente. Acho que o atual governo não sabe ao certo qual é a dívida que o governo anterior deixou. Então, é mais um número, mais um dado.

Agradeço a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero manifestar o meu apoio integral a todos os companheiros que aqui se encontram, na pessoa do Roberto e de todos mais que estão aqui, porque esse projeto vem para ajudar a resolver esse caos em que se encontra o transporte. Essas pessoas estão encontrando uma saída, e o Distrito Federal, mesmo assim, tem colocado todas as dificuldades. A derrubada desse veto é fundamental. Nós estamos apontando a saída e, mais uma vez, o Distrito Federal impõe toda essa resistência.

Então, eu quero dizer que a derrubada do veto ao Projeto de Lei nº 958, de 2012, é fundamental para que o transporte saia – ou comece a sair, pelo menos – desse caos em que se encontra.

Parabéns pelo trabalho de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz. Corroboro as palavras de V.Exa. Eu fui um dos votantes favoráveis a esse projeto. Então, conte comigo para a derrubada do veto.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente Deputado Rafael Prudente, demais colegas Deputados, pessoal da galeria, amigos, imprensa. O que me traz hoje à tribuna é ainda a questão da saúde pública aqui no Distrito Federal.

Vimos aqui, ainda nesta semana, o Líder do Governo fazer crítica à Secretária Adjunta da Secretaria de Saúde do Distrito Federal: que ela tem ingerência nos hospitais, que quer fazer aquilo que não cabe a ela. Adjunto e vice não estão lá para mandar ou desmandar fazer nada, estão lá para obedecer e fazer aquilo que são mandados fazer.

Como se não bastasse o caso de uma criança que estava em Taguatinga precisando de uma transferência, o que foi questão de mídia nacional – hoje é que foi feita a transferência –, pessoas estão morrendo por falta de leitos de UTI, falta de medicamentos, falta de médicos, falta de servidores. Não é falta de recursos. Dinheiro há. Quase 300 milhões deixaram de ser executados. O que está faltando é gestão competente, que olhe, de fato, para a população do Distrito Federal. Além disso, há os verdadeiros roubos na questão das órteses e próteses.

Pois bem. Com esse descaso todo na saúde do Distrito Federal, veio aqui o Deputado Lira e pediu que nós assinássemos um requerimento para que fosse aberta a CPI da Saúde. O Deputado Wasny de Roure assinou, nós assinamos – o Deputado Rodrigo Delmasso, o Deputado Rafael Prudente, o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Chico Vigilante. Mas pasmem! Na semana seguinte, foi retirado de pauta para que não fosse lido aqui em plenário o requerimento para que fosse instalada a CPI da Saúde.

Lógico que eu cobrei, porque assinei. Disseram que seria reapresentado esta semana, mas hoje já é quinta-feira e não foi reapresentado ainda. Aqui eu faço um apelo aos nobres Deputados, amigos que aqui estão. Primeiro eu faço um apelo ao Deputado Lira: que devolva o pedido de CPI assinado para que a gente possa fazer a sua leitura aqui em plenário. Caso S.Exa. não queira, que então diga que não vai reapresentar, para que possamos, em conjunto com os demais Deputados, ver o que vamos fazer. O que não pode é ficar esse descaso, porque nós vamos ficar sem crédito, Deputado Wasny de Roure, com a sociedade. Assina, coloca, tira...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, uma vez assinada pelos Deputados, a matéria deixa de se limitar ao proponente. A matéria tramita na Casa.

S.Exa. goza de uma confiança que nós...

S.Exa. foi, inclusive, ao meu gabinete e me ligou duas vezes me cobrando agilidade na assinatura. Eu falei que, para assinar, eu precisaria fazer uma consulta a

minha bancada. Assim o fiz. Liguei para o Deputado Ricardo Vale, liguei para o Deputado Chico Vigilante, isso tudo no mesmo dia, para atender à urgência de S.Exa. Naturalmente, eu não tenho prestígio como muitos outros têm com S.Exa., mas dei a minha assinatura, tanto eu como os meus colegas, num ato de confiança.

Se isso é verdade...

Até pensei que a leitura ocorreria tão logo fosse encerrada a CPI do Transporte. Isso era o que estava me passando na cabeça. Pelo que sei, a Câmara Legislativa pode ter duas CPIs funcionando simultaneamente. Se o Deputado pegou a nossa assinatura e não trouxe de volta o pedido, lamento profundamente. O ato de confiança exige reciprocidade. Para ele ocorrer num segundo momento, a gente vai ter dúvida, e não quero ter dúvida de um colega. Eu assinei na confiança de que a proposta fosse apresentada, até porque, para mim, a assinatura foi cobrada de maneira bastante açodada. Eu me senti muito privilegiado de ele ter ido ao gabinete solicitar. Fui muito franco e falei: "Deputado, eu não assino neste momento porque tenho o dever de conversar com os meus colegas porque sou Líder". O líder que assina e toma uma posição sem consultar os seus colegas, que autoridade tem? Então, eu obedeci a esse raciocínio, procurei os meus colegas e depois, no início da tarde, S.Exa. me ligou cobrando e falei para ele: "Olha, Deputado, creio que vou ter condições de assinar agora no início dessa tarde, pode me procurar". E assim ele o fez. Inclusive, parece-me que eu estava lá na sala da Presidência, em uma reunião de Líderes.

Então, estou aqui estarrecido, porque, uma vez assinado, já praticamente por mais de uma semana, e não é apresentado! Fico aqui sem chão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Bom, Deputado, de igual modo ao Deputado Wasny de Roure, estou estarrecido e extremamente preocupado, porque a situação está soando muito mal, e eu não tenho meias palavras.

Esse requerimento tem que voltar para o plenário, tem que ser votado; sinceramente, senão vamos adotar providências. Não vou ser usado! Espero que eu não esteja sendo utilizado para qualquer barganha. Acredito em todos os companheiros desta Casa, mas para isso tem que haver reciprocidade.

Houve uma dupla confiança: no momento em que colheram as nossas assinaturas e depois, quando eu e V.Exa. fomos até o Deputado e pedimos para ele que explicasse a razão do requerimento ter sido retirado. Foi-me dito que ainda esta semana ele seria apresentado. Como bem disse V.Exa., hoje é quinta-feira e nada aconteceu. Então, é necessário que haja uma justificativa.

Volto a dizer, a saúde pública do Distrito Federal está um caos, há muito tempo. Isso já é motivo para que esse requerimento seja votado. Depois, pelas

ações que foram adotadas pelos Parlamentares desta Casa, é fundamental que se dê continuidade para que não paire dúvidas sobre mais ninguém, porque o que está acontecendo nesse momento, no meu entendimento, é extremamente grave e suscita dúvidas, sim! Suscita dúvidas e isso é muito ruim no Parlamento, porque a gente convive aqui na base da confiança. Espero que assim continue.

Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Só para concluir, logicamente, tenho o maior respeito pelo Deputado Lira, mas agora, se isso não for trazido ao plenário para leitura, vão pairar dúvidas sobre todos nós. Por que assinamos uma CPI que não queríamos? Por que não foi feita a leitura aqui em plenário? A sociedade não vai nos perdoar. Vai pairar esse clima de desconfiança entre nós. Não quero crer, logicamente, que o Governador Rodrigo Rollemberg tenha tido alguma coisa para impedir que fosse lido.

É até bom que se tenha essa CPI, porque o que não pode ter é essa sangria. São tantos os milhões e bilhões que chegam para a saúde do Distrito Federal e que são mal gastos, mal utilizados! Só queremos a verdade, nada mais do que a verdade. Não é perseguição política de quem quer que seja.

Faço, então, um apelo ao meu nobre amigo Deputado Lira, para que traga ao plenário, ainda na tarde de hoje, o requerimento de abertura da CPI da Saúde, a fim de que não paire dúvida nenhuma, especialmente sobre aqueles que assinaram esse pedido de CPI. Se vai para a frente ou não, deixe o Plenário decidir sobre isso, que não seja uma decisão, como se diria, monocrática.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Eu também fui um dos que assinei a CPI da Saúde, proposta pelo Deputado Lira, e confesso que eu não sabia que ele já tinha retirado da pauta. Como foi uma ação do Deputado... S.Exa. estava muito apressado e me pediu muito que eu assinasse, usou argumentos que considerei extremamente importantes. Todos nós sabemos a crise por que passa a saúde pública do Distrito Federal. Acabei sendo convencido, e nossa própria bancada chegou à conclusão de que, realmente, é preciso investigar o que vem acontecendo com a saúde ao longo de muitos anos.

Eu gostaria muito de, ainda, antes de fazermos alguma coisa, pedir explicações ao Deputado Lira. Por que S.Exa. fez isso? Por que S.Exa. passa dois dias buscando assinaturas de uma forma que eu considerei extremamente importante, com elementos importantes para assinarmos a CPI, mas depois retira sem conversar com ninguém... É preciso saber o que houve. Se foi uma coisa dele, se foi uma determinação do governo ou do Governador. O Deputado Lira deveria explicar o que aconteceu.

Mesmo com esse recuo de S.Exa., eu acho que nós temos de tocar isso para frente. Estamos vendo aí a saúde pública cair aos pedaços. Há pessoas morrendo nas filas dos hospitais, nas UPAs, nos prontos-socorros. A gente precisa, realmente, ver o que está acontecendo. Uns falam que é gestão, outros que é uma máfia que existe lá, que é o caos; enfim, mas a gente sabe, inclusive, que voltaram recursos, que recursos não foram executados no ano passado.

Então, coloco-me à disposição. Assinei, não entendi, mas confesso que vou perguntar ao Deputado o que aconteceu. Ele deve explicação para mim e para esta Casa. Por que colhe as assinaturas, insiste, pede, justifica e, depois, retira sem conversar com ninguém? Isso não é brincadeira! CPI não é uma coisa que se protocola num dia e se retira no outro!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Bispo Renato Andrade, nós fizemos alguns pronunciamentos para tratar sobre esse assunto aqui. Na próxima sessão, trarei alguns números sobre o Orçamento por nós aprovado no final do ano e que continua não sendo utilizado mês a mês pela Secretaria de Saúde, para vocês verem a total necessidade de uma investigação sobre esse assunto.

Tenho certeza e confiança de que o Deputado Lira irá reapresentar esse requerimento, porque a população assim espera. Ontem nós vimos isso. O próprio Deputado Robério Negreiros, que hoje não está aqui, ontem posicionou-se. Eu também assinei. Ontem, pedi para que fosse lido, não sabia que havia sido retirado.

Para V.Exas. terem ideia da gravidade da saúde pública do Distrito Federal, vou fazer o lançamento da frente parlamentar em defesa do diagnóstico e da prevenção do câncer, na segunda-feira. Tentei falar de todas as formas hoje com alguns membros da Secretaria de Saúde, mas os telefones não estão funcionando, Deputado Bispo Renato Andrade, por falta de pagamento. Esta foi a informação que tive hoje na Secretaria de Saúde: a dificuldade de se falar junto aos membros da Secretaria era devido ao não funcionamento dos telefones. Daí, tira-se o absurdo em que estamos vivendo hoje.

Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Era isso o que eu gostaria de falar nesta tarde. Espero e apelo à sensibilidade e à seriedade do Deputado Lira para que se reapresente nesta tarde, que traga ao plenário para que a gente possa fazer a leitura.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, tenho escutado que um dos motivos pelos quais o Deputado Lira retirou a possibilidade da abertura de uma CPI aqui foi em função da vontade de o governo trabalhar com as OS aqui do Distrito Federal. Eu tenho escutado e lido sobre isso. Na minha avaliação, isso é mais grave ainda. Retirar-se um pedido de CPI para

o governo privatizar a saúde, na minha avaliação, é mais grave ainda! É preciso que realmente o Deputado Lira explique o porquê, de fato, de se retirar esse pedido de abertura da CPI aqui na Casa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Na próxima terça-feira farei um pronunciamento exatamente sobre a OS. Hoje sou frontalmente contrário: essa questão da OS é para quem rouba ou para quem quer roubar. Na terça-feira vou fazer pronunciamento aqui no plenário a respeito da OS e espero que esta Casa tenha a sensibilidade de não aceitar qualquer coisa nesse sentido sem um amplo debate com a sociedade civil organizada. Em princípio, sou totalmente contra a OS. Vou batalhar e tentar influenciar esta Casa, para que isso não passe aqui dentro. Depois de um debate e de ouvir todos os lados, saberemos se as pessoas vão ser beneficiadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir apoio aos colegas Deputados que têm fácil acesso ao gabinete do Governador: o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Agaciel Maia. Nós estamos vivendo um momento muito delicado no dia de hoje, Sr. Presidente. Os ônibus que estão chegando dos estados para a manifestação estão sendo retidos na barreira. Eu gostaria de pedir aos colegas Deputados que têm acesso com facilidade ao Governador que nos ajudem.

Se o Governador deu essa ordem, que ele a reveja ou se informe com as autoridades do Governo do Distrito Federal para saber o que está acontecendo. Por que impedir esses ônibus de chegarem, como está previsto, na tarde de hoje? Eu faço um apelo aos colegas Deputados: que nos ajudem neste momento, principalmente aqueles que têm, no seu sangue político, compromisso com a democracia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu faço um apelo aqui, aproveitando a presença do Deputado Agaciel Maia. Pegue o telefone amarelo – antigamente era o vermelho –, Deputado Agaciel Maia, e faça contato com o Governador. Da mesma forma, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Cláudio Abrantes, que gozam do maior prestígio junto ao Palácio do Buriti.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico ao Deputado Wasny de Roure que acabo de ler no Twitter que

o Deputado Chico Vigilante já manteve contato com o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, o Coronel Nunes.

Lembro a V.Exa. que eu não estou com essa moral toda com o Governador. Eu até gostaria, mas não tenho acesso a essa linha amarela.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu tinha me esquecido do Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, meus pares, imprensa, galeria. Eu confesso também que gostaria de ter, assim como o Deputado Prof. Reginaldo Veras, esse prestígio todo. É algo que me causa certa estranheza, até porque o motivo pelo qual ocupo a tribuna hoje vai no sentido contrário a isso.

Ocupo a tribuna, meus colegas de Parlamento, simplesmente para tornar oral aquilo que já está escrito nas redes sociais e que foi noticiado pela imprensa, sobre a substituição do Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública. Inclusive, isso já foi comentado nesta tribuna pelo meu amigo e colega de Polícia Civil, o Deputado Wellington Luiz.

Desde o momento em que nós soubemos disso, mais uma vez fica claro que o desprestígio existe, e não o prestígio. Ficamos sabendo da mudança, dessa alteração, pela imprensa. Isso causa uma surpresa muito grande, carregada de indignação. Salvo as brincadeiras que foram feitas aqui por V.Exa. e pelo Deputado Wasny de Roure de que temos acesso direto, prestígio e moral, somos colocados como Base. Eu pergunto: que Base? É público e notório que eu não tenho cargos no governo. Como podemos ser Base? Contribuindo diante de políticas públicas.

Recentemente toda esta Casa acompanhou a luta, a briga – tivemos que fazer um projeto de decreto legislativo – para termos a Universidade do Distrito Federal. Não é um benefício para o Deputado Cláudio Abrantes, é um benefício para a sociedade e insere o nome do Governador nos Anais da História por ter criado uma universidade pública no Distrito Federal.

Houve uma luta de meses, de anos a fio, para nomear um quantitativo de agentes de polícia – não é um benefício para o Deputado Cláudio, é um benefício para a sociedade – e sanar uma carência fortíssima da Polícia Civil do Distrito Federal.

Então, pergunto: que Base? Que moral? Que prestígio? O que temos, na verdade, é um desprestígio com quem pode contribuir dentro de uma política de segurança pública. Em que pese a afinidade que nós temos com diversos outros temas – seja cultura, transporte, educação –, eu sou policial civil de carreira. Tenho mais de vinte anos de casa. O Deputado Wellington Luiz aposentou-se recentemente, acredito, porque está no Parlamento. Se não fosse isso, estaria exercendo ainda, tanto que recentemente prendeu um vagabundo lá na sua região do Park Way.

A gente recebe essas notícias num misto de surpresa e indignação. Não é porque o deputado a ou o deputado b quer indicar o Subsecretário de Inteligência, até porque não o fizemos. Não houve isso nem quando nós efetivamente fomos Base de um governo. O Deputado Wellington Luiz e eu fomos Base do governo anterior. Eu era do partido do governador e não indiquei ninguém em termos de subsecretaria na segurança pública, Deputado Bispo Renato Andrade. Nós temos preocupação com a segurança pública, de que ela tenha bons profissionais. Eu atesto aqui que o Delegado Dr. Josué é um excelente profissional, é um Subsecretário de Inteligência com vasto currículo, e ao que me consta, não houve nenhum deslize da parte dele, Deputado Wellington Luiz, que pudesse justificar essa saída.

Qual ato cometeu? Qual erro teria cometido o Subsecretário para a sua retirada? Eu desconheço. Pelo contrário, o próprio governo, o próprio Governador, pelo que diz a imprensa, ligou para o Subsecretário e agradeceu os serviços prestados. Eu não entendo isso. Trouxeram um delegado da Polícia Federal. Não o conheço, nunca ouvi falar dele. Não tenho nada contra, não posso emitir nenhuma avaliação sobre ele, mas nem os secretários oriundos da Polícia Federal mexeram ou tiraram o Subsecretário de Inteligência da esfera de indicação da Polícia Civil do Distrito Federal.

Sandro Avelar foi Secretário de Segurança durante praticamente todo o Governo Agnelo. É oriundo da Polícia Federal, com uma história muito ligada à Polícia Federal, e manteve a Subsecretaria de Inteligência numa indicação da Polícia Civil do Distrito Federal, Deputado Ricardo Vale. O próprio Dr. Valmir, delegado da Polícia Federal no Governo Arruda, e o delegado Lorenz, muito bem lembrado; nenhum deles mexeu na Subsecretaria de Inteligência, nenhum tirou isso da esfera da Polícia Civil. Por quê? É força da Polícia Civil, Deputado Wellington Luiz? Não, não é. Isso se chama competência da Polícia Civil de ter profissionais num alto grau de qualificação para trabalhar no serviço de inteligência.

Não é uma questão política que nós estamos debatendo aqui. Tornou-se política agora, com essa substituição, visto que não há nenhum critério técnico elencado para fazer essa substituição, já que não há nenhuma deficiência apontada, nenhum erro feito por aquele que ocupava a pasta que pudesse justificar essa substituição.

A gente fica realmente indignado porque somos taxados de Base. Eu volto a perguntar: que Base, se nós não podemos sequer saber ou ser consultados? Se nós não podemos, como Parlamentar oriundo da Polícia Civil, tido como Base, com prestígio, sequer receber uma ligação para ser informado da mudança de um colega de trabalho, como é o Dr. Josué? E, diga-se de passagem, novamente, que ele é um excelente profissional, gabaritado, qualificado, reconhecido por aquele que o substitui.

Ele foi substituído sob uma alegação que, na minha opinião, é esdrúxula, a de que era necessário ter mais contato com a esfera federal diante das manifestações. Eu pergunto: desde quando acontecem essas manifestações? Elas

acontecem desde 2013, sem falar daquelas de muito tempo atrás. Sempre tivemos. Há trinta anos, a Polícia Civil vem contribuindo para o serviço de inteligência da Secretaria de Segurança e, hoje, a Polícia Civil foi alijada disso.

É realmente lamentável uma pasta que tem um certo equilíbrio dentro da política do Distrito Federal, que tem bons números e que tem esses bons números por conta da solidez das instituições, das suas corporações, ser desprestigiada a este ponto: ninguém é comunicado e ninguém é consultado infelizmente. Volto a dizer: não tenho nada contra o delegado federal que está assumindo, mas, em trinta anos, nós nunca vimos uma coisa dessas. Nos meus vinte anos de Polícia Civil, completados agora em fevereiro, eu nunca vi uma coisa dessas.

Então, queremos aqui externar, também de forma oral, a nota de repúdio que nós colocamos nas redes sociais e, ao mesmo tempo, na imprensa. E aí não adianta vir pedir reunião depois do estrago feito. Não adianta querer justificar algo depois que nós somos simplesmente colocados fora desse processo. Não adianta pedir audiência. Não adianta ligar para tentar explicar o que já foi feito. O que vai dizer? Vai-se dizer o quê?

Eu acho que o governo precisa repensar efetivamente o que ele quer como Base. Ele precisa repensar efetivamente o que ele espera de um Parlamentar da Base. Da minha parte, não espere que abaixemos a cabeça ou concordemos com tudo. Se eu for Base de algum governo, serei com um tom crítico, para ajudar também, e não por troca de um cargo ou outro. Volto a dizer: não tenho cargos no governo. Quando pensamos em aderir a um projeto, é porque entendemos que aquele projeto é bom para a sociedade.

Então, depois do estrago feito, depois do desprestígio implantado, não adianta ficar fazendo ligação ou mandando emissário. Eu acho que o governo tem que se repensar muito e trabalhar muito firmemente para que a sua Base seja uma Base que trabalhe de forma a contribuir para a política, não fazendo esse tipo de coisa.

Não é a primeira vez que ocupamos a tribuna para reclamar dessa postura do governo e, cada vez, o recado está sendo dado de uma maneira mais forte. Eu espero que entenda. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Nós ainda temos um Líder que ainda não se pronunciou.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso essa tribuna para fazer um informativo – dois, na verdade.

O primeiro é que, amanhã, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, representada por este Presidente que vos fala, e o Tribunal de Contas do Distrito Federal, visitarão a Escola 411, de Samambaia. O Tribunal também está fazendo visitas às escolas e nós também resolvemos fazer essas visitas em uma ação conjunta.

Muitos até estranharam, mas não precisamos alertar que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Eu tenho certeza de que essa visita trará mais frutos ainda nessas nossas denúncias da precária infraestrutura das escolas do Distrito Federal. Espero que, após isso, sejam tomadas algumas soluções para melhorar.

O outro ponto de que falo agora, em caráter preliminar, é que o governo encaminha uma mensagem a esta Casa, hoje, a respeito de um dinheiro que está em caixa e que por um equívoco – vamos chamar assim, Professor Agaciel e Professor Rodrigo Delmasso –, foi subtraído, esquecido de ser colocado na Lei Orçamentária.

Nós temos 7 milhões do PRONATEC para serem investidos no Distrito Federal, mas por equívoco, isso acabou desaparecendo e aí chega uma mensagem à Casa, para que nós possamos fluir essa matéria, para que esse dinheiro possa ficar disponibilizado em caixa para e possamos aplicar 7 milhões em cursos técnicos aqui no Distrito Federal.

É lamentável que esse equívoco, esse esquecimento tenha ocorrido. O bom é que podemos corrigir a tempo, até porque, estamos aí trabalhando o tempo todo em defesa da educação e – é claro – da educação técnica e profissionalizante, ainda mais neste momento de crise que o País atravessa.

Espero que esta Casa dê celeridade na apreciação dessa mensagem do Poder Executivo, até porque dinheiro bom para gastar, e rápido, é o que nós estamos precisando neste momento.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabei de protocolar um requerimento, solicitando a instauração de ação de fiscalização no âmbito da Comissão de Governança, Fiscalização, Transparência e Controle, para investigar a origem do déficit que foi apresentado de 1,8 bilhão de reais, lembrando que esse déficit foi apresentado pelo próprio Secretário de Planejamento. Hoje esse valor é, na realidade, oriundo de uma dívida herdada de 1,4 bilhão, e a diferença de custeio de 0,4 bilhão de reais.

Então, peço a V.Exa. que, no momento oportuno, leia esse requerimento, para que, na próxima reunião da comissão, que será no dia 7 de abril, possamos aprovar e já iniciar a ação de fiscalização para verificar a origem desse déficit aqui no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Rafael Prudente; Deputado Ricardo Vale; Deputado Prof. Reginaldo Veras; Deputado Cláudio Abrantes, meu companheiro; Deputado Rodrigo Delmasso, que estava aqui há pouco, eu quero fazer um registro que diz respeito à condução do Deputado Rodrigo Delmasso à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle.

Sr. Presidente, depois de dois anos da aprovação da emenda à Lei Orgânica aqui, nós conseguimos fazer uma agenda para ouvir os Secretários. A tese, que levei anos para colocar na Lei Orgânica, é a mesma que já existe centenariamente no direito anglo-saxão e hoje na Itália, depois da Operação Mãos Limpas: todo aquele que recebe delegação de quem é eleito – como os secretários de Estado e os dirigentes de paraestatais, que recebem, na verdade, uma delegação do governador, já que eleito é o governador – deve prestar contas à sociedade. Como não é possível prestar contas em praça pública – o ideal era isso –, vêm fazê-lo os seus representantes aqui na Câmara Legislativa. Então, levamos anos para colocar essa emenda. Fizemos em 2011, mas, agora em 2013, tivemos a sua efetivação. Deputado Cláudio Abrantes, é uma experiência inovadora e pioneira no Brasil todo.

O Presidente da comissão, Deputado Rodrigo Delmasso, e os seus componentes – o Deputado Roosevelt Vilela, V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Rafael Prudente, e o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que esteve lá no período em que foi aprovada a agenda –, nós fizemos um roteiro de prestação de contas para os secretários.

Hoje esteve na Casa o segundo dos secretários, o Secretário Renato. O primeiro foi o Secretário da Criança. S.Exas. vêm aqui, independentemente de convite ou convocação, pelo menos uma vez por ano ou quando saem do governo por qualquer motivo, e prestam contas; falam do planejamento da pasta e falam do que vem efetivamente tentando colocar em prática; em seguida, são questionados pelos Parlamentares.

Todos os colegas estão convidados. Faço o convite em nome do Deputado Rodrigo Delmasso, Presidente da comissão, e em nome dos colegas da comissão. Fazemos os questionamentos. O povo faz também, através das entidades organizadas. Hoje, por exemplo, vieram muitos concursados do GDF e do Metrô, que estão esperando a nomeação. Eles vieram aqui questionar S.Exa. o Secretário de Planejamento e Orçamento.

Então, nós fazemos um debate limpo, um debate saudável, com componentes – não há problema – ideológicos. Cumprimos a nossa missão de fiscais de gastos públicos. Essa missão de fiscalização hoje, na minha avaliação – eu dizia na comissão mais cedo –, é talvez mais importante do que o ofício legislativo, já que a Constituição de 1988 subtraiu muitas competências, muitas iniciativas legislativas dos Parlamentares.

Hoje não podemos legislar sobre terra, não podemos legislar sobre servidores públicos do Poder Executivo, não podemos aumentar despesas do Poder Executivo, mas podemos e devemos fiscalizar os gastos públicos, para que o dinheiro que deveria ir para a educação, deveria ir para a saúde, deveria ir para a segurança não vá para o bolso de negociadores inescrupulosos. A forma de o Parlamentar ajudar a sociedade é fazer um mandato independente e combativo, fiscalizatório, que cuide dos cofres públicas.

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – eu quero fazer esse registro, Sr. Presidente – tem cumprido esse mister. Hoje tivemos uma segunda. Teremos uma terceira. Semana que vem, virá aqui o Presidente do Metrô. Temos uma agenda... Virá o Secretário de Saúde dentro dessa mesma agenda. Também vamos percorrer hospitais nessa ação fiscalizatória, sob a condução do Deputado Rodrigo Delmasso. A comissão está nas ruas, em campo em defesa da sociedade do Distrito Federal.

Eu utilizo o horário da Liderança da Rede porque é próprio do nosso estatuto, na nossa cultura política, da cultura política da Rede a prestação de contas e essa relação direta com a sociedade. Para V.Exa. ter ideia, o primeiro Secretário que aqui veio e se ofereceu para a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo foi o Secretário André Lima. Ele se ofereceu, e o Deputado Cristiano Araújo marcou; mas, no dia, houve um problema de agenda dos Parlamentares em razão da época. Já foi remarcada. O Deputado Cristiano Araújo, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, deve comunicar.

Isso significa respeito à sociedade, respeito aos cofres públicos e respeito aos representantes da sociedade, a Casa Legislativa. Também, para se fazer uma gestão, é preciso ter essa consciência.

Sr. Presidente, era esse o registro que eu gostaria de fazer com relação à cultura da Rede, que é a cultura da prestação de contas, é a cultura de não-propriedade da verdade, de não se apropriar, de não se achar que é o melhor e que

é o salvador – Salvador só tem um e está lá em cima –, do debate, da conduta de contribuição colaborativa. Nesse sentido, temos dado – o Deputado Cláudio Abrantes e eu – integral apoio a essa iniciativa da Comissão de Transparência.

Fica aqui o convite e fica a palavra de reconhecimento à condução do Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Chico Leite e dizer que o que a Comissão de Fiscalização tem feito...

Aqui eu corroboro que esse espírito de prestação de contas e transparência é fruto de uma emenda à Lei Orgânica que foi apresentada à época pelo Deputado Chico Leite que – não é que obriga – inseriu tal prática na Lei Orgânica. O que fizemos foi montar um calendário até para gerar dentro da administração pública a cultura de os gestores virem à Câmara Legislativa e prestarem não esclarecimentos, mas contas, além de falarem o que eles têm feito de bom e quais foram os avanços que aconteceram dentro da sua gestão.

Também quero agradecer à Comunicação da Casa, que está ajudando, e muito, na divulgação dessas audiências no *site*, e à imprensa, que hoje esteve presente na audiência. Acredito, Deputado Chico Leite, que vamos criar uma cultura da transparência aqui pelo Parlamento e fazer o seu principal objetivo, que é trazer o povo para conhecer verdadeiramente o que está acontecendo, de fato, com o dinheiro público.

Então, parabenizo, primeiro, V.Exa. pela brilhante ideia e atuação. V.Exa. esteve conosco do início ao fim. Ressalto também que o Deputado Chico Leite foi eleito Presidente da Subcomissão de Acompanhamento das Olimpíadas de 2016, junto com o Deputado Ricardo Vale, que é membro da comissão, e com o Relator, Deputado Roosevelt Vilela, que já está com uma pré-agenda para a semana que vem, já para estabelecer um cronograma de trabalho. É esta Casa exercendo o papel de fiscalização do Poder Executivo, representando a sociedade. É isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho aqui em minhas mãos uma cópia do oficio do Corregedor-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Ricardo Yamasaki Santiago, em que ele encaminha ao Conselho Tutelar do Distrito Federal solicitação de uma força tarefa ao Conselho Tutelar, para esta manifestação que vai acontecer daqui a pouco, na Esplanada – Manifestação do dia 31 –, alegando que há

manifestantes usando as crianças e os adolescentes como escudo para contra manifestantes mais exaltados.

Ora, temos visto, nessas manifestações Brasil afora, tanto dos que são a favor do *impeachment*, quanto dos que são contrários, diversas crianças, diversos adolescentes, famílias inteiras reivindicando melhorias no País, reivindicando o *impeachment*, reivindicando prisão, tudo em um gesto extremamente saudável, bonito para a democracia brasileira.

Agora, como é que o Corregedor-Geral da Policia Militar insinua que essa manifestação de hoje é criminosa e que haverá pais levando seus filhos para serem usados como escudo? Isso provoca, na minha avaliação, conflitos. Não faz sentido dizer que as crianças e os adolescentes devem ser tirados, para eles poderem bater nos pais. Espero que não seja isso!

Estranha-me ser somente hoje, nessa manifestação, pela democracia e contra o *impeachment*. Quando são as outras manifestações, dos que são favoráveis ao *impeachment*, dos que são contra a Presidente Dilma, não há esse tipo de ação.

Portanto, estou fazendo uma nota, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, porque todos têm o direito de se manifestar e, na minha avaliação, quanto mais jovens, quanto mais crianças e adolescentes tivermos nessas manifestações, melhor será para o futuro do País. É bom para o futuro da nossa Nação termos pessoas politizadas. Querem impedir pais de família a levarem seus filhos para se manifestarem é um absurdo!

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, estou pedindo esclarecimentos ao Corregedor-Geral da Policia Militar, para saber de onde ele tirou essa ideia. Se há um ou outro que usa esse tipo de artifício, deve ser tratado como um caso à parte, uma exceção. Não se pode querer criminalizar uma manifestação legítima, democrática, a que todos nós temos direito.

Lamento profundamente esse oficio, esse pedido ao Conselho Tutelar para levar hoje uma força-tarefa à manifestação, até porque acho que o Conselho Tutelar tem coisa muito mais importante para fazer. Há milhares de crianças e adolescentes que não sofrem violência em casa e nas ruas, e o Conselho Tutelar tem que estar preocupado é com isso, não com manifestação legítima como esta de hoje. Lamento profundamente isso e não poderia deixar de, nesta tarde, falar sobre esse assunto.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, vou pedir esclarecimentos ao Sr. Corregedor-Geral da Policia Militar, Sr. Ricardo Yamasaki Santiago.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Tendo em vista que não há mais nenhum Parlamentar inscrito, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Visto que não temos *quorum* regimental, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h06min.)